

BALANÇO PATRIMONIAL 2014



COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO DOCE LTDA

DATA DA CONSTITUIÇÃO: 24 de Outubro de 1988
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: 16 de maio de 1989
AUTORIZAÇÃO BACEN: 44.9437/88

REGISTRO NA JUCEMG: 3140003690 de 13 de Fevereiro de 1989
CNPJ: 25.606.237/0001-41

REGISTRO NA OCEMG/OCB: 697 de 11 de Setembro de 1989
DATA DE AUTORIZAÇÃO DA LIVRE ADMISSÃO: 23 de Novembro de 2005

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2014 da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. – SICOOB CREDIRIODOCE, na forma da Legislação em vigor.

1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 2014 o SICOOB CREDIRIODOCE completou 26 anos de atividade, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos, captação de depósitos e prestação de serviços.

2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2014, o SICOOB CREDIRIODOCE obteve um resultado global de **R\$ 6.611.415,44** (resultado operacional de R\$ 6.846.768,94, menos Imposto de Renda de R\$ 140.568,46 e menos Contribuição Social R\$ 98.383,51) representando um retorno anual sobre o Patrimônio líquido de 18,39%.

Deduzido o valor de R\$1.928.000,00 da provisão para pagamento de juros ao capital, o valor de R\$ 328.536,86 para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados e o valor de R\$ 2.339.350,90 de destinações estatutárias; o resultado final líquido, foi de R\$ 2.015.527,68

3. ATIVOS

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$79.629.800,99. Por sua vez a carteira de créditos representou na data base de 31/12/2014 R\$116.738.839,02 um aumento de 29% em relação ao ano anterior.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$38.155.734,78	32,68%
Carteira Comercial	R\$78.583.104,24	67,32%

O parâmetro utilizado nas instituições financeiras é de que a soma das dívidas dos 20 maiores devedores não exceda 50% do total das operações de crédito bruta.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2014 o percentual de 22,90% da carteira, no montante de R\$26.734.447,22.

4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de R\$127.018.667,10, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 20,84%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$36.088.923,17	28,41%
Depósitos a Prazo	R\$90.929.743,93	71,59%

O parâmetro utilizado nas instituições financeiras é de que a soma dos recursos dos 20 maiores depositantes não exceda 50% do total dos depósitos.

Os Vinte Maiores Depositantes do SICOOB CREDIRIODOCE representavam na data-base de 31/12/2014 o percentual de 27,41% da captação, no montante de R\$ 34.485.106,62.

5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIRIODOCE na data base de 31/12/2014 alcançou o valor de R\$32.856.590,04 apresentando um crescimento de 32,87% em relação ao ano anterior. O quadro de associados atingiu o número de 20.944 Cooperados, havendo um acréscimo de 5,47% em relação ao exercício anterior.

6. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB CREDIRIODOCE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 96,43% nos níveis de "A" a "C".

7. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - 2010 – 2014

O Planejamento estratégico é um processo gerencial que permite estabelecer a resposta que a organização precisa apresentar ao seu ambiente, diante de um contexto de mudanças.

O SICOOB CREDIRIODOCE elaborou o seu Plano Estratégico 2010-2014, adotando a metodologia Balanced Scorecard (BSC), uma ferramenta comprovada e eficaz na mensuração do progresso da organização rumo às suas metas de longo prazo, a partir da tradução da visão em objetivos, indicadores, metas e projetos estratégicos; as condições quantificadas a serem atingidas levaram em consideração os cenários interno e externo, assim como a visão, missão, os valores e a filosofia cooperativista.

Através de um trabalho construído em conjunto com a Gerência Administrativa, Gerentes de Agências, Gerentes de Unidades, Assistentes, Consultores terceirizados e Diretoria Executiva, foram traçadas diretrizes que visam estreitar o relacionamento com nossos associados e fidelizá-los, gerar valor econômico de forma sustentável, aperfeiçoar os custos, diversificar e maximizar as receitas, elevar os negócios de maior valor agregado aos associados etc.

A construção do mapa estratégico serve como uma bússola para nossas ações e está estruturado em quatro perspectivas: Financeiras, Associado / Comunidade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento, todas elas com objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos claros e desafiantes. Temos como resultado final o alcance da nossa visão de futuro. **"Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados"**.

Para o ano de 2014 foram criadas diversas ações e projetos que virão o aperfeiçoamento dos processos críticos da cooperativa, proporcionando melhorias de resultados e aumento da competitividade, dentre eles podemos destacar:

• **Alinhamento Estratégico 2013_2016:** onde foram traçadas diretrizes estratégicas da Cooperativa dívida em 04 (quatro) grandes grupos:

1. Sinergia – fazer mais do mesmo;
 2. Melhorias operacionais - foco na melhoria e padronização de processos de trabalho;
 3. Incremento em produtos e serviços - ampliação da oferta de produtos e serviços foco em programa de fidelização;
 4. Investimento em expansão - Expandir geograficamente respeitando a área de atuação da cooperativa.
- **Inteligência Competitiva:** prepara a instituição para os novos desafios do mercado, e por meio do alinhamento total, direciona todos os colaboradores em busca do mesmo objetivo. Para o ano de 2014 foram estabelecidas as seguintes estratégias e projetos:

ESTRATÉGIAS	PROJETOS CHAVES
MELHORIA OPERACIONAL	BUSCAR A EXCELÊNCIA OPERACIONAL
	P1. EXCELÊNCIA OPERACIONAL DE PROCESSOS
	P2. EFICIÊNCIA EM CUSTOS E DESPESAS
	IMPLEMENTAR POLÍTICA EFICAZ DE GESTÃO DE PESSOAS
	P3. APRIMORAR A POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS
	P4. PLANO DE MARKETING INTERNO
	POTENCIALIZAR O CRÉDITO
PRODUTOS E SERVIÇOS	P5. EXPANSÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO
	P6. AUMENTAR CAPITALIZAÇÃO
	P7. AUMENTAR CAPTAÇÃO DE DEPÓSITOS
	AUMENTAR A PENETRAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS
INVESTIMENTO E EXPANSÃO	P8. EXCELÊNCIA EM SERVIÇOS (PROGRAMA DE FIDELIDADE)
	P9. PLANO DE MARKETING EXTERNO (PERSONALIZAÇÃO)
	AUMENTAR A COBERTURA DENTRO DA ÁREA DE ATUAÇÃO
	P10. EXPANSÃO DO NÚMERO DAS AGÊNCIAS E PAES (PONTOS DE ATENDIMENTO ELETRÔNICO)

• **Abertura do segundo ponto de atendimento em Governador Valadares:** No dia 14/03, uma nova agência do Sicoob Crediriodoce foi inaugurada em Governador Valadares. A cidade, conta hoje com três agências para atendimento. O local escolhido para a nova agência foi a Avenida JK, uma das avenidas mais importantes da cidade de Governador Valadares. A nova agência possui modernas instalações e está preparada para levar as melhores soluções aos associados e a comunidade. Ela está instalada na Avenida JK, 1660. O horário de atendimento é de 10h às 16h.

• **Implantação do Programa de Gestão de Desempenho:** O PGD tem como objetivo promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados, bem como melhorar a produtividade e o desempenho organizacional do SICOOB. Além disso, pode contribuir para:

- Proporcionar o desenvolvimento das potencialidades dos colaboradores;
 - Subsidiar os processos de Gestão de Pessoas;
 - Diagnosticar necessidades de desenvolvimento;
 - Proporcionar aumento da produtividade e comprometimentos dos colaboradores com as metas organizacionais.
- **Ações comerciais:** Em 2014 diversas ações comerciais foram implantadas, entre elas podemos citar - Campanhas de Capitalização e Cartão de Crédito, reestruturação da área de negócios das agências, com a contratação novos gerentes de relacionamento, entre outras. Estas ações visam o aumento de negócios e melhores resultados para a nossa cooperativa.
- **Reinaugura da Agência de Itabirinha:** A agência de Itabirinha foi reinaugurada em novas instalações. A cidade que recebeu sua primeira agência em 2001 vem crescendo e hoje possui grande expressão dentro do Sicoob Crediriodoce. A reinauguração da agência foi muito prestigiada e contou com a presença de diversas autoridades, empresários da região e de grande parte da comunidade. Com instalações amplas e modernas a nova agência está preparada para levar as melhores soluções aos associados e a comunidade.

Em 2014 inicia-se a construção do planejamento estratégico 2015-2018 onde projetos foram priorizados e ação de melhorias serão implementadas já em 2015, tais como:

- Novas instalações para as agências de Marilac; Vargem Grande e Mantena;
- Adoção da nova Marca Sicoob em todas as agências;
- Reestruturação da área de negócios via agentes de apoio a negócios.

Projetos priorizados para o ano de 2015:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETOS	RESUMO DESCRIÇÃO
EXCELÊNCIA OPERACIONAL	P1 - EXCELÊNCIA OPERACIONAL	Foco na revisão e melhoria de processos.
	P2 - CUSTOS E DESPESAS	Foco no controle das despesas, otimização dos custos e melhoria da eficiência administrativa.
GESTÃO DE PESSOAS	P3 - PRACTCO	Esse projeto visa a junção dos programas PRATCO e Crescer, mais as ações e suporte do marketing interno e externo, com a finalidade de promover a capacitação de dirigentes, funcionários e associados, através da Educação, Formação e Informação.
POTENCIALIZAÇÃO DE NEGÓCIOS	P4 - EXPANSÃO DE NEGÓCIOS	Foco na Expansão dos negócios das Agências, alavancando o Crédito, Captação, Capital Social e Associados. Foco na melhoria de estrutura física e de pessoal.
	P5 - RECUPERAÇÃO	Foco nas ações para a Recuperação e prevenção de perdas.
COBERTURA	P6 - EXPANSÃO TERRITORIAL	Foco nos estudos para expansão em número de agências e ponto de atendimento especial.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda dois Agentes de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

9. CONSELHO FISCAL

Eleito na Assembleia Geral Ordinária (AGO) 2013, com mandato até a AGO de 2015, o Conselho Fiscal tem função de fiscalizar, assídua e minuciosamente à Administração da Cooperativa. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

10. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIRIODOCE aderiram ao Código de Ética proposto pelo SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, em 12/02/2010 por meio de compromisso firmado. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

11. SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2014, a Ouvidoria do SICOOB CREDIRIODOCE registrou 37 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 37 reclamações, 26 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. E quanto as 11 restantes foram consideradas como improcedentes.

12. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCOOP

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCOOP tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCOOP, pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Além das garantias prestadas pelo FGCOOP, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui o seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos - FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio, às operações de crédito realizadas entre as Cooperativas participantes e instituições como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, BDMG, BANCOOB e outros bancos parceiros e nas hipóteses de descentralização, liquidação e/ou exclusão.

13. GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

13.1 Risco Operacional

- a) O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. SICOOB CREDIRIODOCE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/2006.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. SICOOB CREDIRIODOCE aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob Consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
- d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que depois de identificadas são cadastradas no sistema de Controles Internos de Riscos Operacionais (Scir).
- e) As informações cadastradas no sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidos em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.
- f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registrados e mantidos em cada entidade do Sicoob, Sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).
- g) Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR)
- h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. SICOOB CREDIRIODOCE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

13.2 Risco de Mercado

- a) O gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. SICOOB CREDIRIODOCE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/2007.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. SICOOB CREDIRIODOCE aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. SICOOB CREDIRIODOCE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

BALANÇO PATRIMONIAL 2014

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO DOCE LTDA



13.3 Risco de Crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. SICOOB CREDIRIODOCE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. SICOOB CREDIRIODOCE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. SICOOB CREDIRIODOCE possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

13.4 Gerenciamento de Capital

- a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. SICOOB CREDIRIODOCE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. SICOOB CREDIRIODOCE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
- I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.
- III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a conseqüente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Governador Valadares (MG), 26 de Janeiro de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

	EM REAIS	
ATIVO	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	144.677.497,05	114.946.974,52
Disponibilidades	1.780.799,69	3.212.115,29
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	79.629.800,99	60.661.966,81
Centralização Financeira - Cooperativas	79.629.800,99	60.661.966,81
Operações de Crédito (Nota 5)	61.687.032,05	49.696.392,27
Operações de Crédito	64.697.753,52	53.187.003,46
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.010.721,47)	(3.490.611,19)
Outros Créditos (Nota 6)	1.469.296,73	1.135.007,52
Créditos por Avais e Fianças Honrados	1.610,01	1.911,23
Rendas a Receber	908.515,32	634.744,52
Diversos	577.863,00	541.726,46
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(18.691,60)	(43.374,69)
Outros Valores e Bens (Nota 7)	110.567,59	241.492,63
Outros Valores e Bens	34.228,52	206.316,60
Despesas Antecipadas	76.339,07	35.176,03
Realizável a Longo Prazo	54.318.162,96	39.571.268,51
Operações de Crédito (Nota 5)	52.041.085,50	37.450.419,92
Operações de Crédito	52.041.085,50	37.450.419,92
Outros Créditos (Nota 6)	2.277.077,46	2.120.848,59
Devedores por Depósitos em Garantia	2.277.077,46	2.120.848,59
Permanente	10.207.591,54	8.402.267,75
Investimentos (Nota 8)	6.682.796,49	5.030.927,62
Participações em Cooperativas	6.537.162,00	4.885.293,13
Outros Investimentos	145.634,49	145.634,49
Imobilizado de Uso (Nota 9)	3.027.031,23	3.052.735,41
Imóveis de Uso	1.860.973,46	1.860.973,46
Outras Imobilizações de Uso	4.139.523,82	3.795.093,34
(Depreciações Acumuladas)	(2.973.466,05)	(2.603.331,39)
Diferido (Nota 10)	497.763,82	318.604,72
Gastos em Imóveis de Terceiros	981.980,11	706.108,51
(Amortização Acumulada)	(484.216,29)	(387.503,79)
TOTAL	209.203.251,55	162.920.510,78

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

	EM REAIS	
PASSIVO	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	153.690.277,80	123.676.572,31
Depósitos (Nota 11)	127.018.667,10	105.109.610,70
Depósito à Vista	36.088.923,17	30.140.191,23
Depósito a Prazo	90.929.743,93	74.969.419,47
Relações Interfinanceiras (Nota 12)	16.426.213,16	9.965.489,41
Repasse Interfinanceiros	16.426.211,92	9.965.489,41
Correspondentes	1,24	37,03
Relações Interdependências	157.391,48	276.215,06
Recursos em Trânsito de Terceiros	157.391,48	276.215,06
Obrigações Por Repasses do País - Instituições Oficiais	-	505.692,93
Outras Instituições	-	505.692,93
Outras Obrigações (Nota 13)	10.088.006,06	7.819.564,21
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	36.390,99	21.704,90
Sociais e Estatutárias	1.368.127,46	762.845,09
Fiscais e Previdenciárias	697.793,38	331.983,90
Diversas	7.985.694,23	6.703.030,32
Exigível a Longo Prazo	19.561.358,74	14.000.095,26
Relações Interfinanceiras (Nota 12)	17.862.682,41	12.434.444,74
Repasse Interfinanceiros	17.862.682,41	12.434.444,74
Outras Obrigações (Nota 13)	1.698.676,33	1.565.650,52
Provisão para Riscos Fiscais	1.698.676,33	1.565.650,52
Resultados de Exercícios Futuros	2.395,75	3.715,79
Resultados de Exercícios Futuros	2.395,75	3.715,79
Patrimônio Líquido (Nota 15)	35.949.219,26	25.240.127,42
Capital Social	28.230.572,11	20.277.108,25
De Domiciliados no País	28.624.212,01	20.736.409,31
(Capital a Realizar)	(393.639,90)	(459.301,06)
Reserva de Lucros	5.703.119,47	4.237.280,90
Sobras Acumuladas	2.015.527,68	725.738,27
TOTAL	209.203.251,55	162.920.510,78

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

	EM REAIS		
	Segundo Semestre/14	Exercício 2014	Exercício 2013
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira	10.950.727,51	20.899.091,67	17.029.269,56
Operações de Crédito	10.950.727,51	20.899.091,67	17.012.829,93
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	16.439,63
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira	(7.235.556,69)	(13.342.703,86)	(9.748.859,44)
Operações de Captação no Mercado	(5.389.664,90)	(9.496.638,03)	(5.416.414,18)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(778.641,28)	(1.389.059,28)	(1.224.177,60)
Provisão para Operações de Créditos	(1.067.250,51)	(2.457.006,55)	(3.108.267,66)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	3.715.170,82	7.556.387,81	7.280.410,12

Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais	1.111.971,37	(709.618,87)	(5.294.108,21)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	1.253.673,49	2.384.838,19	1.975.412,47
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	1.635.087,83	2.953.218,14	2.374.220,82
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(4.267.293,32)	(8.324.223,83)	(7.225.200,04)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(3.838.169,20)	(7.275.707,68)	(6.441.650,18)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(110.621,20)	(216.126,14)	(173.488,51)
Ingressos de Depósitos Intercoperativos	4.484.979,26	7.766.662,10	4.458.973,63
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (Nota 18)	2.424.700,22	2.977.251,61	643.901,69
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (Nota 19)	(470.385,71)	(975.531,26)	(906.278,09)
Resultado Operacional	4.827.142,19	6.846.768,94	1.986.301,91
Resultado Não Operacional (Nota 20)	(10.055,19)	3.598,47	(1.924,27)
Resultado Antes da Tributação/Participações	4.817.087,00	6.850.367,41	1.984.377,64
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos	(73.627,62)	(140.568,46)	(94.261,49)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos	(51.183,50)	(98.383,51)	(70.510,45)
Participação no Lucro (Sobra)	(328.536,86)	(328.536,86)	(223,13)
Sobras / Perdas antes das Destinações	4.363.739,02	6.282.878,58	1.819.382,57
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO (Nota 15.d)	-	(2.339.350,90)	(1.093.644,30)
F.A.T.E.S. - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(873.512,60)	(565.834,64)
Reserva Legal	-	(1.465.838,30)	(527.809,66)
Lucro / Prejuízo (Sobra / Perda) Líquido	4.363.739,02	3.943.527,68	725.738,27
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (Nota 17)	879.000,00	1.928.000,00	-
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	-	2.015.527,68	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal		
Saldo em 31/12/2012	17.092.757,59	(157.591,01)	3.709.471,24	1.284.218,45	21.928.856,27
Ao Capital	1.284.066,10			(1.284.066,10)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex Associados				(152,35)	(152,35)
Por Subscrição/Realização	3.045.765,09	(301.710,05)			2.744.055,04
Por Devolução (-)	(686.159,47)				(686.159,47)
Estorno Capital Subscrito	(20,00)				(20,00)
Sobras ou Perdas Líquidas				1.819.382,57	1.819.382,57
FATES - Atos Não Cooperativos				(499.858,43)	(499.858,43)
Fundo de Reserva			527.809,66	(527.809,66)	
F A T E S				(65.976,21)	(65.976,21)
Saldos em 31/12/2013	20.736.409,31	(459.301,06)	4.237.280,90	725.738,27	25.240.127,42
Saldos em 31/12/2013	20.736.409,31	(459.301,06)	4.237.280,90	725.738,27	25.240.127,42
Constituição de Reservas			0,27		0,27
Ao Capital	725.500,07			(725.500,07)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex Associados				(238,20)	(238,20)
Por Subscrição/Realização	6.462.844,12	65.661,16			6.528.505,28
Por Devolução (-)	(880.341,61)				(880.341,61)
Estorno Capital Subscrito	(100,00)				(100,00)
Sobras ou Perdas Líquidas				6.282.878,58	6.282.878,58
Provisão de Juros ao Capital				(1.928.000,00)	(1.928.000,00)
Integralização de Juros aos Capital	1.858.270,81				1.858.270,81
IRRF Sobre Juros ao Capital	(278.370,69)				(278.370,69)
FATES - Atos Não Cooperativos				(690.282,81)	(690.282,81)
Fundo de Reserva			1.465.838,30	(1.465.838,30)	
F A T E S				(183.229,79)	(183.229,79)
Saldos em 31/12/2014	28.624.212,01	(393.639,90)	5.703.119,47	2.015.527,68	35.949.219,26
Saldos em 30/06/2014	23.416.481,03	(818.405,99)	4.237.281,17	870.139,56	27.705.495,77
Por Subscrição/Realização	3.899.406,08	424.766,09			4.324.172,17
Por Devolução (-)	(271.575,22)				(271.575,22)
Sobras ou Perdas Líquidas				4.363.739,02	4.363.739,02
Provisão de Juros ao Capital				(879.000,00)	(879.000,00)
Subscrição do Juros aos Capital	1.858.270,81				1.858.270,81
IRRF Sobre Juros ao Capital	(278.370,69)				(278.370,69)
FATES - Atos Não Cooperativos				(690.282,81)	(690.282,81)
Fundo de Reserva			1.465.838,30	(1.465.838,30)	
F A T E S				(183.229,79)	(183.229,79)
Saldos em 31/12/2014	28.624.212,01	(393.639,90)	5.703.119,47	2.015.527,68	35.949.219,26

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

	EM REAIS		
DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2014	31/12/2014	31/12/2013
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	4.817.087,00	6.850.367,41	1.984.377,64
Outros Ajustes		0,27	
IRPJ / CSLL	(124.811,12)	(238.951,97)	(164.771,94)
Provisão para Operações de Crédito	(577.116,49)	(479.889,72)	1.332.441,06
Depreciações e Amortizações	251.519,52	477.514,85	410.829,40
Participação dos Funcionários nos Lucros	(328.536,86)	(328.536,86)	(223,13)
Provisão de Juros ao Capital	(879.000,00)	(1.928.000,00)	
Baixa no Imobilizado	1.431,91	2.050,03	75,01
	3.160.573,96	4.354.554,01	3.562.728,04
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	(12.146.021,82)	(26.101.415,64)	(13.556.149,50)
Outros Créditos	(325.404,87)	(490.518,08)	(587.288,33)
Outros Valores e Bens	269.317,36	130.925,04	489.535,11
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	(839.561,15)	5.948.731,94	5.152.283,07
Depósitos sob Aviso	(20.983,26)	(147.778,42)	(2.335.585,50)
Depósitos a Prazo	(5.404.928,91)	16.108.102,88	18.304.297,78
Outras Obrigações	3.426.127,39	2.401.467,66	4.019.347,88
Relações Interdependências	(341.553,12)	(118.823,58)	3.087.613,80
Relações Interfinanceiras	6.995.837,79	11.383.268,49	201.573,05
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(521.253,53)
Resultado de Exercícios Futuros	(635,02)	(1.320,04)	(1.370,04)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(5.227.231,65)	13.467.194,26	17.815.731,83
Atividade de Investimento			
Aplicação no Diferido	-	(2.112,54)	-
Alienação de Investimento	-	-	37.361,13
Inversões em Imobilizado de Uso	(290.296,42)	(690.907,30)	(702.816,08)
Inversões em Investimentos	(1.446.591,05)	(1.651.868,87)	(158.962,53)
Outros Ajustes		60.000,04	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.736.887,47)	(2.284.888,67)	(824.417,48)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	4.324.172,17	6.528.505,28	2.744.055,04
Devolução de Capital à Cooperados	(271.575,22)	(880.341,61)</	

Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	4.758.984,47	6.354.212,99	1.491.888,58
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(2.205.134,65)	17.536.518,58	18.483.202,93
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	83.615.735,33	63.874.082,10	45.390.879,17
No Fim do Período	81.410.600,68	81.410.600,68	63.874.082,10
Varição Líquida das Disponibilidades	(2.205.134,65)	17.536.518,58	18.483.202,93

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. - SICOOB CREDIRIODOCE, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24 de Outubro de 1988, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/10, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

SICOOB CREDIRIODOCE possui além de sua sede no centro de Governador Valadares, mais 17 Postos de Atendimento - (PA) nas seguintes localidades: Capitão Andrade, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Itabirinha, Jampruca, Mantena, Marilac, Nova Belém, Pescador, Santa Efigênia de Minas, São Felix de Minas, Sardoá, Virgínia, Vargem Grande, Bairro Jardim Perola e Bairro Juscelino Kubichek (Governador Valadares).

Em 31/10/2014 foram encerradas as atividades da agência de Nova Belém. Toda a carteira de associados foi transferida para a agência de Itabirinha que a partir de 01/11/14 está localizada em um novo espaço, amplo e aconchegante para atender toda a demanda do município e região. Continuam ativos os delegados do grupo seccional de Nova Belém.

O SICOOB CREDIRIODOCE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 05/09/2005 ocorreu a transformação do SICOOB CREDIRIODOCE para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 23/11/2005, processo nº 0401271439.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Consideram ainda, no que forem julgados pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 26/01/2015.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº4. 144/12;
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas Contábeis Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e Depósitos Bancários	1.780.799,69	3.212.115,29
Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	79.629.800,99	60.661.966,81
Total	81.410.600,68	63.874.082,10

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida depois de vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/08, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2014 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícito como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, a qual a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

4. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Centralização Financeira - Cooperativa (a)	79.629.800,99	60.661.966,81
Total	79.629.800,99	60.661.966,81

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/10.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2014			31/12/2013
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	236.838,36	-	236.838,36	254.378,06
Cheque Especial / Conta Garantida	5.348.522,41	-	5.348.522,41	5.837.888,66
Empréstimos	23.405.809,48	27.905.113,47	51.310.806,35	36.749.118,93
Financiamentos	4.380.192,22	6.267.971,13	10.648.163,35	10.843.096,84
Títulos Descontados	10.755.377,99	283.279,18	11.038.657,17	10.738.330,44
Financiamento Rural Próprio	4.934.763,82	1.932.416,51	6.867.180,33	4.245.426,77
Financiamento Rural Repasses	15.636.249,24	15.652.305,21	31.288.554,45	21.969.183,68
(-) Provisão Perda com Operações de Crédito	(3.010.721,47)	-	(3.010.721,47)	(3.490.611,19)
Total	61.687.032,05	52.041.085,50	113.728.117,55	87.146.812,19

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Total em 31/12/2014	Provisões 31/12/2014	Total em 31/12/2013	Provisões 31/12/2013
AA - - Normal	-	-	255.640,47	-
A - 0,5% Normal	37.249.964,12	186.249,92	29.025.617,18	145.128,18
B - 1% Normal	70.116.095,44	701.161,33	51.707.308,71	517.073,43
B - 1% Vencidas	372.563,48	3.725,64	597.217,79	5.972,18
C - 3% Normal	4.407.838,32	132.235,22	4.038.506,86	121.155,29
C - 3% Vencidas	424.259,95	12.727,81	355.440,72	10.663,23
D - 10% Normal	1.029.209,20	102.920,98	845.228,56	84.522,91
D - 10% Vencidas	731.762,43	73.176,28	333.771,99	33.377,22
E - 30% Normal	274.790,78	82.437,28	418.139,29	125.441,87
E - 30% Vencidas	297.524,99	89.257,55	346.810,86	104.043,33
F - 50% Normal	63.089,68	31.544,86	63.874,28	31.937,16
F - 50% Vencidas	103.605,38	51.802,72	165.367,20	82.683,66
G - 70% Normal	71.594,00	50.115,83	103.915,59	72.740,96
G - 70% Vencidas	343.917,72	240.742,53	749.041,57	524.329,45
H - 100% Normal	250.813,33	250.813,33	315.850,29	315.850,29
H - 100% Vencidas	1.001.810,20	1.001.810,20	1.315.692,02	1.315.692,02
Total Normal	113.463.394,87	1.537.478,75	86.774.081,23	1.413.850,10
Total Vencido	3.275.444,15	1.473.242,72	3.863.342,15	2.076.761,09
Total Geral	116.738.839,02	3.010.721,47	90.637.423,38	3.490.611,19
Provisões	(3.010.721,47)	-	(3.490.611,19)	-
Total Líquido	113.728.117,55	-	87.146.812,19	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	7.217.746,20	16.188.063,28	27.905.113,47	51.310.922,95
Títulos Descontados	8.853.110,16	1.902.267,83	283.279,18	11.038.657,17
Financiamentos	1.317.206,51	3.062.985,71	6.267.971,13	10.648.163,35
Financiamentos Rurais	4.369.187,57	16.102.439,40	17.584.721,72	38.155.734,78
Total	21.757.250,44	37.255.756,22	52.041.085,50	111.153.478,25

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial, Conta Garantida, totalizando um de Valor de R\$.5.585.360,77.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Crédito	Vencido	A Vencer				
	A partir de 15 dias	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos
	001	002	003	004	005	006
S.PUB EST. ATIV.EMP COMÉRCIO	-	6.866,48	7.178,39	25.126,87	-	-
SET.PRIV.ATV.EMP.AGROPECUARIA	13.179,82	97.400,10	175.899,92	78.352,96	5.002,07	-
SET. PRIV. ATV. EMP. INDÚSTRIA	45.273,49	859.289,41	870.657,31	1.329.327,87	465.009,90	887.500,00
SET.PRIV.ATV.EMP.COMÉRCIO	156.111,87	5.292.220,40	5.371.626,53	8.439.610,92	1.800.185,01	1.360.375,34
SET.PRIV.ENT.FILANTROP	-	3.550,02	11.069,66	9.827,57	-	-
SET.PRIV.I.M.S.COMP SEGUROS	-	509,50	-	-	-	-
SET.PRIV.I.M.S.SOC CAPIT	-	53.299,02	183.548,24	532.769,38	-	-
SET.PRIV.I.M.S.ENT.FECH. PRIV	-	25.293,68	37.025,25	1.102,17	-	-
SET.PRIV. OUTROS SERVIÇOS	28.995,86	1.348.095,66	2.317.575,21	4.120.659,61	1.471.194,42	12.533,82
PESSOA FISICA	558.228,55	12.989.488,75	28.658.254,54	26.533.390,72	3.051.861,37	1.593.763,13
SET.PRIV.COM.JOIAS PEDRAS MET	-	5.118,66	3.869,26	-	-	-
S.P.COM.COMPR VENDA IMOV.	-	36.631,73	60.256,99	143.662,09	-	-
S.P. IGREJA TEMPLO ENT. REL.	-	2.866,62	991,30	-	-	-
Total	801.789,59	20.720.630,23	37.697.952,60	41.213.830,16	6.793.252,77	3.854.172,29

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/1
-----------	------

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2014	% Carteira Total	31/12/2013	% Carteira Total
Maior Devedor	3.971.990,39	3,41%	3.319.425,29	3,67%
10 Maiores Devedores	20.769.789,64	17,81%	12.484.474,89	13,79%
50 Maiores Devedores	36.882.530,46	31,62%	24.356.645,31	26,90%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	7.682.260,55	6.590.396,11
Valor das operações transferidas no período	8.527.697,18	4.213.470,17
Valor das operações recuperadas no período	(6.757.780,40)	(3.121.605,73)
Total	9.452.177,33	7.682.260,55

6. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Avais e Fianças Honoradas	1.610,01	1.911,23
Rendas a Receber (a)	908.515,32	634.744,52
Serviços Prestados a Receber	4.619,57	12.357,96
Outras Rendas a Receber	903.895,75	622.386,56
Diversos	2.854.940,46	2.662.575,05
Adiantamentos e Antecipações Salariais	37.631,18	34.546,60
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	35.926,19	28.709,96
Devedores por Compra de Valores e Bens	-	30.435,00
Adiantamento por conta de imobilizações	100.470,00	-
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	2.277.077,46	2.120.848,59
Impostos e Contribuições a Compensar	6.245,41	6.911,55
Títulos e Créditos a Receber (c)	267.283,11	234.599,67
Devedores Diversos – País (d)	130.307,11	206.523,68
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(18.691,60)	(43.374,69)
Total	3.746.374,19	3.255.856,11

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: outras rendas de convênios (R\$4.619,57), receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$774.725,13), rendas a receber da previdência social – INSS (R\$5.066,72), e outras rendas a receber: Comissão Crédito Consignado, Comissão Poupança Cooperada, Tarifa Interbancário TIB (R\$124.103,90);

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: INSS Cédula de Presença (R\$32.458,35) PIS Faturamento Atos Cooperativos SICOOB CREDICOOP (R\$18.927,37), PIS sobre Folha de Pagamento (R\$386.264,59), COFINS Faturamento Atos Cooperativos (R\$1.241.572,34), Depósitos interposições de recursos trabalhistas e outros (R\$597.854,81);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$250.201,52), cessão de direitos creditórios - cartão (R\$17.081,59).

(d) Em devedores diversos estão registrados as pendências de diferença de caixa, pendências a regularizar outras, pendências a regularizar BANCOOB e parcelas de seguros a receber;

7. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Bens Não de Uso Próprio (a)	34.228,52	206.316,60
Despesas Antecipadas (b)	76.339,07	35.176,03
Total	110.567,59	241.492,63

(a) Recebimento de imóvel em dação de pagamento de dívidas, no valor de (R\$14.228,52) em 01/12/2014, recebimento de um veículo FORD FOCUS ano 2007 em dação de pagamento de dívida no valor de (R\$20.000,00) em 18/11/2013.

(b) Em despesas antecipadas é referente a prêmios de seguros, manutenção e conservação, processamento de dados, FVR.

8. INVESTIMENTOS

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. CREDIMINAS.	6.537.162,00	4.885.293,13
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	136.893,49	136.893,49
Outros Investimentos	8.741,00	8.741,00
TOTAL	6.682.796,49	5.030.927,62

9. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2014	31/12/2013
Imobilizações em Curso (a)	-	6.400,00	240.939,97
Terrenos	-	273.736,96	273.736,96
Edificações	4%	1.587.236,50	1.587.236,50
Instalações Móveis e Equipamentos	10%	1.995.905,12	1.715.065,08
Sistema de Comunicação	10%	211.997,30	168.391,66
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.762.022,58	1.542.772,34
Sistema de Segurança	10%	163.198,82	127.924,29
TOTAL		6.000.497,28	5.656.066,80
Depreciação acumulada		(2.973.466,05)	(2.603.331,39)
TOTAL		3.027.031,23	3.052.735,41

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. DIFERIDO

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PAs.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2014	31/12/2013
Gastos em Imóveis de Terceiros	20%	921.147,69	645.276,09
Programa de Computador – Software	20%	57.606,42	57.606,42
Marcas e Patentes	20%	3.226,00	3.226,00
TOTAL		981.980,11	706.108,51
Amortização acumulada		(484.216,29)	(387.503,79)
TOTAL		497.763,82	318.604,72

11. DEPÓSITOS

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósito a Vista	36.088.923,17	30.140.191,23
Depósito Sob Aviso	1.723.874,44	1.871.652,86
Depósito a Prazo	89.205.869,49	73.097.766,61
Total	127.018.667,10	105.109.610,70

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas às cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

12. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS / OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2014		31/12/2013
			Circulante	Não Circulante	
CREDIMINAS	6,75% a.a.	Diversos	486.088,98	88.286,91	505.692,93
BANCOOB	1,00% a 6,50% a.a.	Diversos	15.940.122,94	17.662.116,21	22.399.897,12
FUNCAFÉ	6,75% a.a.	Diversos	-	112.279,29	-
Total			16.426.211,92	17.862.682,41	22.905.590,05

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	1.008.593,33	665.009,85
Cotas de capital a pagar	109.534,13	97.835,24
Gratificações e Participações (b)	250.000,00	-
Total	1.368.127,46	762.845,09

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se à provisão para pagamento de gratificação dos colaboradores ano de 2014

13.2 Diversas

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Cobrança e Arrecadação de tributos e Assemelhados	36.390,99	21.704,90
Fiscais e Previdenciárias (a)	697.793,38	331.983,90
Cheques Administrativos (b)	6.089.226,87	4.781.567,71
Obrigações por Aquisição de Bens e Direito	18.382,50	130.349,34
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (c)	316.928,94	171.042,05
Despesas de Pessoal (d)	847.585,47	731.333,57
Outras Despesas Administrativas (e)	249.780,65	236.471,42
Credores Diversos – País (f)	259.604,18	302.709,73
Cheques Descontados (g)	196.689,97	349.556,50
Credores Diversos Liquidação de Cobrança	7.495,65	-
Total	8.719.878,60	7.056.719,12

(a) Refere-se a impostos sobre folha de pagamento como FGTS, IRRF, INSS Provisões IRPJ, CSLL, ISSQN e provisão PIS folha de pagamento;

(b) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, por solicitação dos associados, porém não compensados até a data-base de 31/12/2014;

(c) Refere-se a convênio firmado entre a Cooperativa e empresa para pagamento de salários;

(d) Refere-se a provisões com despesas de pessoal, referente a férias, 1/3 de férias, INSS sobre férias e FGTS sobre férias;

(e) Refere-se a provisões para despesas administrativas da Cooperativa;

(f) Refere-se a pendências a regularizar, diferenças de caixa, diferenças BANCOOB, Pagamentos a Processar, Rateio de despesas da central e liquidação de cobrança.

(g) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2014.

13.3 Passivos Contingentes

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2014		31/12/2013	
	Provisão para Contingências	Depósitos judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS FOLHA PAGAMENTO	391.667,96	386.264,59	320.989,34	316.121,71
PIS FATURAMENTO	19.018,42	18.927,37	18.283,11	18.283,11
COFINS	1.241.572,34	1.241.572,34	1.180.554,81	1.180.554,81
TRABALHISTAS (a)	-	597.854,81	-	575.246,80
OUTRAS CONTINGÊNCIAS	46.417,61	32.458,35	45.823,26	30.642,16
Total	1.698.676,33	2.277.077,43	1.565.650,52	2.120.848,59

PIS e COFINS – quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

(a) Refere-se a depósitos efetuados em juízo relativos à processos trabalhistas e não possuem provisão tendo em vista que ainda não foram classificados pelos consultores jurídicos da Cooperativa como perda provável.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CREDIRIODOCE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2014, a Cooperativa aumentou seu capital social em R\$7.953.463,86, com recursos provenientes do PROCAPCRED – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito, SICOOB Cotas Partes, integralizações espontâneas e pagamento de juros ao capital.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
PROCAPCRED	289.000,00	23.000,00
COTAS PARTES	1.538.212,38	1.272.200,00
PAGAMENTO DE JUROS AO CAPITAL	1.868.276,73	-
INTEGRALIZAÇÕES ESPONTÂNEAS	4.257.974,75	2.046.741,67
Total	7.953.463,86	3.341.941,67

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 14 de Março de 2014, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$725.738,27.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2014	2013
Sobra líquida do exercício	4.354.878,58	1.819.382,57
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	(690.282,81)	(499.858,43)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações.	3.664.595,77	1.319.524,14
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 40%	(1.465.838,30)	(527.809,66)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%.	(183.229,79)	(65.976,21)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.015.527,68	725.738,27

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;
O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e
Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

16. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Receita de prestação de serviços	1.861.336,06	1.541.733,26
Despesas específicas de atos não cooperativos	(198.109,78)	(167.088,14)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(737.589,94)	(708.090,49)
Resultado operacional	925.636,34	666.554,63
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas.	3.598,47	(1.924,27)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	929.234,81	664.630,36
Imposto de Renda e Contribuição Social	(238.951,99)	(164.771,93)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	690.282,81	499.858,43

17. PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa no ano de 2014 efetuou provisão no valor de R\$1.928.000,00 para pagamento de juros ao capital. Remunerou juros ao capital próprio dos associados nos exercícios de 2014 no valor de R\$1.868.276,73, sendo a diferença de R\$59.723,27 revertido para outras rendas operacionais. Os critérios para o pagamento obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

18. OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	2014	2013
Recuperação de Encargos e Despesas	1.858.475,75	283.112,46
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honoradas	59.723,27	23.430,20
Rendas de Repasses Interfinanceiros	66.190,08	21.442,85
Atualização de Depósitos Judiciais	89.661,21	53.672,70
Outras Rendas Operacionais	903.201,30	262.243,48
Total	2.977.251,61	643.901,69

O valor de R\$1.683.999,30 registrados na rubrica Recuperação de encargos e despesas e o valor R\$417.567,69 registrado na rubrica outras rendas operacionais, creditado em 15/08/2014, refere-se às contribuições acumuladas do Fundo Garantidor do Sicoob – FGS que foram devolvidas às cooperativas associadas, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12/08/2014, que aprovou a dissolução daquele fundo, devido à criação do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito FGCOP, conforme resolução 4.150 de 30/12/2012 do CMN.

19. OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2014	2013
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	7,29
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	171.484,38	64.226,08
Cancelamento de Tarifas Pendentes	393.241,06	270.039,72
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	94.273,06	296.674,36
Outras Despesas Operacionais	316.532,76	267.060,16
Outras	-	8.270,48
Total	975.531,26	906.278,09

20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	2014	2013
Lucros na Alienação de Valores e Bens	13.683,40	18.567,93
Ganhos de Capital	34.941,63	55.811,61
Outras Rendas Não Operacionais	19.721,56	7.035,23
Reversão de Provisões Não Operacionais	31,08	-
Total de Receitas Não Operacionais	68.377,67	81.414,77
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(2.050,03)	(150,02)
Perdas de Capital	(23.997,95)	(83.138,47)
Outras	(38.731,22)	(50,55)
Total de Despesas Não Operacionais	(64.779,20)	(83.339,04)
Resultado Líquido	3.598,47	(1.924,27)

21. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS NO PERÍODO DE 01/01/2014 A 31/12/2014:

MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$2.714.813,54	2,24%
MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$3.604.400,00	2,43%

O valor de R\$2.714.813,54 refere-se às operações de empréstimos e crédito rural concedidas no período de 01/01/2014 a 31/12/2014. O valor de R\$3.604.400,00 refere-se a recursos de depósitos a prazo aplicados no período de 01/01/2014 a 31/12/2014.

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS NO EXERCÍCIO DE 2014: OPERAÇÕES ATIVAS – SALDO EM 31/12/2014

CARTEIRA DE CRÉDITO TOTAL – SALDO EM 31/12/2014		
Carteira Total	PCLD – (Provisão Crédito Liquidação Duvidosa) Total	% do PCLD em Relação ao Total da Carteira de Crédito
R\$116.738.839,02	R\$ 3.010.721,47	2,58%

OPERAÇÕES ATIVAS (Partes Relacionadas) – SALDO EM 31/12/2014				
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO (Partes Relacionadas)	% das Operações de Crédito em Relação à Carteira Total	PCLD (Partes Relacionadas)	% PCLD em relação ao Total de PCLD
Cheque Especial e C/G	8.068,09	0,01%	80,68	0,00%
Crédito Rural	678.386,70	0,58%	3.544,48	0,12%
Empréstimo	1.644.971,57	1,41%	16.230,33	0,54%
Títulos Descontados	98.447,54	0,08%	492,25	0,02%
Total Geral	2.429.873,90	2,08%	20.347,74	0,68%

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2014

DEPÓSITOS À VISTA – SALDO EM 31/12/2014		
Depósito a Vista Total	Depósito a Vista (Partes Relacionadas)	% em Relação Depósito a Vista Total
R\$36.088.923,17	R\$762.592,57	2,11%

APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SALDO EM 31/12/2014			
Aplicações Financeiras Totais	Aplicação Partes Relacionadas	% em Relação Aplicação Financeira Total	Taxa Média - %
R\$90.929.743,93	R\$1.533.256,03	1,69%	97% CDI

CAPITAL SOCIAL – SALDO EM 31/12/2014		
Capital Social total	Capital Social (Partes Relacionadas)	% em Relação Capital Social
R\$28.230.572,11	R\$725.760,26	2,57%

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas (1)	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva (2)
Cheque Especial	7,50% a.m.	7,50% a.m.
Conta Garantida	5,50% a.m.	5,50% a.m.
Empréstimos	105% CDI a 2,05% a.m.	0,35% a.m. a 5,50% a.m.
Títulos Descontados	1,43% a.m. a 2,15% a.m.	1,45% a.m. a 2,95% a.m.
Crédito Rural - RPL	-	1,25% a.m. a 2,00% a.m.
Crédito Rural – Repasses	4,50% a.a. a 6,50% a.a.	2,00% a.a. a 6,50% a.a.
Aplicação Financeira - RDC	93% a 101% CDI	93% a 101% CDI

(1) Taxas praticadas a época da contratação da operação e (2) Taxas Vigentes

No exercício findo os benefícios monetários destinados às partes relacionadas, que tem autoridade e responsabilidade de planejar dirigir e controlar as atividades da cooperativa (conselheiros de administração e diretores executivos) está representado por honorários, cédulas de presenças em reuniões, e encargos respectivos, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2014	
Honorários - Conselhos Administração e Diretoria	515.774,52
Cédula de Presença – Conselho Fiscal	192.364,62
Gratificação Diretoria	46.356,93
FGTS Diretoria	44.970,31
INSS Diretoria/Conselheiros de Adm. e Fiscal	167.526,04
TOTAL	966.992,42

22. COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

O SICOOB CREDIRIODOCE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS à coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a

implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIRIODOCE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2014, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 22 de agosto de 2014, com opinião sem modificação. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 são auditadas por outros auditores independentes, cujo trabalho está em andamento.

23. COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2014, a cooperativa é responsável por cobrificações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 2.623.431,19 e em 31/12/2013 - R\$ 3.243.972,09, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

24. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização em 31 de dezembro de 2014.

26. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIRIODOCE, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis 30 processos, totalizando R\$4.944.700,86.

27. LEI Nº 12.973 DE 13 DE MAIO DE 2014

Em maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (1) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (2) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (3) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (4) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A Lei tem vigência a partir do exercício de 2015. A Secretária da Receita Federal do Brasil emitiu Instrução Normativa nº 1.469 de 28 de maio de 2014, que disciplina aplicação das disposições referentes à Lei nº 12.973 quanto aos efeitos na opção para o exercício de 2014. O SICOOB Confederação está promovendo estudos da referida Lei, com objetivo de identificar possíveis impactos na sua aplicação para o exercício de 2015.

Governador Valadares – MG – 26 de Janeiro de 2015

Alberto Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

Celso Mol Mariano Júnior Silas Dias Costa Júnior José Osvaldo da Silva – Contador
Diretor Administrativo e Financeiro Diretor de Relações Institucionais RESPONSÁVEL TÉCNICO – CRCMG 084.114

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Conselheiros de Administração, Administradores e Cooperados da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. - SICOOB CREDIRIODOCE Governador Valadares - MG

Prezados Senhores.

Os abaixo-assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. - SICOOB CREDIRIODOCE, e em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Sobras e Perdas e demais Demonstrativos Contábeis normatizados pela legislação vigente e o Relatório da Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Baseados nos exames efetuados e no Relatório da Auditoria Externa, de responsabilidade da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, entendemos que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira desta Cooperativa em 31/12/2014, de acordo com as práticas contábeis definidas pela legislação brasileira e somos de parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação pelos senhores cooperados.

Governador Valadares, 04 de fevereiro de 2015.

Jose Francisco da Costa Junior Euler Fernandes Júnior Emília Márcia França de Lima Machado
Conselheiro Fiscal Conselheiro Fiscal Conselheira Fiscal

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AO Conselho de Administração e Cooperados da COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO DOCE LTDA. – SICOOB CREDIRIODOCE Governador Valadares - MG

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. – SICOOB CREDIRIODOCE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. – SICOOB CREDIRIODOCE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. – SICOOB CREDIRIODOCE em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2015.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG 090.766/O-4
CNAI 2994